

que isto tinha sido prometido, de maneira demagógica, durante a campanha e tinha dado votos. Sequer se pensava numa seleção entre aqueles que seriam demitidos ou postos em disponibilidade. O "enxugamento" era e foi aleatório. E nesse "enxugamento" geral cabia à Biblioteca um lote de 30%. Já sob o mandato de um outro inventariante, a resolução governamental assim se desdobrava: devem ser demitidos ou postos em disponibilidade 30% de servidores ligados às atividades-fim e 70% ligados às atividades-meio. Depois de inúmeras reuniões de negociação, o novo inventariante se comprometeu a preservar, ao máximo, a área "fim" da Biblioteca. Isto é, o afastamento passaria a pesar sobretudo entre os funcionários da área administrativa. Não era uma solução, mas evitaria que a Biblioteca fechasse as suas portas, apesar de sufocá-la, de cortar ou reduzir grande parte do seu trabalho técnico e de sustentação estrutural, de segurança e até de limpeza.

Mas nem isto foi respeitado. Em seu pedido de demissão, apresentado no dia 3 de julho de 1990, ao então secretário da Cultura da Presidência da República, o Sr. Ipojuca Pontes, Lia Temporal Malcher lamenta que tenham sido afastados, de roldão, "servidores de altíssimo gabarito", cujo trabalho era essencial nos diversos setores em que agiam, até mesmo pessoas de renome internacional, "enquanto outros permaneciam em seus postos como se estivessem acima do bem e do mal". Foram demitidos ou postos em disponibilidade 163 pessoas de uma força de trabalho já insuficiente. Tudo isso sem que a diretoria fosse consultada ou emitisse qualquer opinião. A diretora-geral lamenta também ter sido limitado todo o seu trabalho à mera "administração de uma crise", sem autoridade, sem a confiança dos subalternos, cujos problemas não podia resolver e sem a confiança dos escalões superiores que agiam sem consultá-la. Em 16 de julho de 1990, o professor Ronaldo Menegaz, antigo funcionário, foi nomeado diretor-geral interino, em lugar de Lia Temporal, ficando igualmente de mãos atadas, sem também nada poder fazer, simplesmente à espera de dias melhores. Em suma, o propalado "enxugamento da máquina administrativa" do Governo, durante a campanha eleitoral do presidente Fernando Collor de Mello, foi aleatório, não pesou as competências,